



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
FACULDADE DE ENGENHARIA AGRÍCOLA

Renato Palma Trindade

**Panorama da Agricultura Familiar na Região
Metropolitana de
Campinas**

Campinas

2019

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS



FACULDADE DE ENGENHARIA AGRÍCOLA

Renato Palma Trindade

Panorama da Agricultura Familiar na Região Metropolitana de Campinas

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado como requisito parcial para
obtenção do título de
Engenheiro agrícola à Faculdade de
Engenharia Agrícola da Universidade
Estadual de Campinas.

Orientadora: Prof^ª.
Vanilde Ferreira de Souza

Campinas

2019



Ficha catalográfica
Universidade Estadual de Campinas
Biblioteca da Área de Engenharia e Arquitetura
Luciana Pietrosanto Milla - CRB 8/8129

T736p

Trindade, Renato Palma, 1993-
Panorama da agricultura familiar na Região Metropolitana de Campinas /
Renato Palma Trindade. – Campinas, SP : [s.n.], 2019.

Orientador: Vanilde Ferreira de Souza Esquerdo.
Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) – Universidade Estadual de
Campinas, Faculdade de Engenharia Agrícola.

1. Agricultura familiar. 2. Assistência técnica. I. Esquerdo, Vanilde Ferreira de
Souza. II. Universidade Estadual de Campinas. Faculdade de Engenharia
Agrícola. III. Título.

Informações adicionais, complementares

Palavras-chave em inglês:

Family farming

Technical assistance

Titulação: Bacharel em Engenharia Agrícola

Data de entrega do trabalho definitivo: 18-12-2019



Panorama da Agricultura Familiar na Região Metropolitana de Campinas

Renato Palma Trindade

BANCA EXAMINADORA

.....
Prof^a Vanilde Ferreira de Souza Esquerdo
Orientadora

.....
Prof^a Andreia Cristina Matheus

.....
Prof^a Danitielle C. Simonato



A agricultura familiar é de extrema importância para os contextos ambiental, cultural, econômico e social do Brasil. Durante grande parte da história nacional, os agricultores familiares foram excluídos dos programas de incentivo à agricultura, pois eles eram aplicados apenas para médios e grandes agricultores. Apesar de hoje existirem alguns programas de incentivo, o agricultor familiar ainda carece de assistência dos mais diversos tipos. Neste trabalho foram analisados diversos dados da agricultura familiar no Estado de São Paulo e na Região Metropolitana de Campinas, assim como as formas que eles impactam no território nacional e no território local, justificando o porquê os programas de incentivo deveriam ser mais intensos e de forma mais facilitada para os agricultores familiares.

Palavras-Chave: Agricultura Familiar, Produtor Rural, Assistência Técnica.

ABSTRACT

Family farming is of utmost importance for Brazil's environmental, cultural, economic and social contexts. For much of the national history family farmers were excluded from agricultural incentive programs, as they only covered medium and large producers, although today if there are some incentive programs the family producer still needs assistance. In this work, several data on family farming in the State of São Paulo and in the Campinas Metropolitan Region were analyzed, as well as the ways that they impact in the national territory and in the local territory, justifying why these incentive programs should be more intense and so easier for family farmers.

Keywords: Family Farming, Family Farmer Rural, Technical Assistance.





LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Panorama geral de DAP'S de pessoas físicas no Estado de São Paulo	26
Tabela 2: Panorama geral de DAP'S de pessoas jurídicas no Estado de São Paulo	27
Tabela 3: Panorama dos principais produtos produzidos no estado de São Paulo	28
Tabela 4: Formas de uso da terra dentro da agricultura familiar no estado de São Paulo	29
Tabela 5: Caracterização dos produtores	30
Tabela 6: Panorama geral de DAP'S de pessoas jurídicas na Região Metropolitana de Campinas	31
Tabela 7: Panorama geral de DAP'S de pessoas físicas na Região Metropolitana de Campinas	32
Tabela 8: Panorama geral de DAP'S de pessoas físicas na Região Metropolitana de Campinas	33
Tabela 9: Formas de uso da terra dentro da agricultura familiar na Região Metropolitana de Campinas	34
Região Metropolitana de Campinas	34
Tabela 10: Caracterização da agricultura familiar na Região Metropolitana de Campinas	34



LISTAS DE SIGLAS

ATER - Assistência Técnica e Extensão Rural

DAP'S - Declaração de Aptidão ao PRONAF

FNDE - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário

PAA - Programa de Aquisição de Alimentos

PIB - Produto Interno Bruto

PNAD - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

PNAE - Programa Nacional de Alimentação Escolar

PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

RMC – Região Metropolitana de Campinas

SIPAF – Secretaria Especial de Agricultura Familiar



SUMÁRIO

RESUMO	4
ABSTRACT	4
LISTA DE TABELAS	7
LISTAS DE SIGLAS	8
1. INTRODUÇÃO	11
2.1. JUSTIFICATIVA	14
2.2. OBJETIVO	14
2.3. OBJETIVO ESPECÍFICO	14
3. REVISÃO DE LITERATURA	15
3.1. O conceito de agricultura familiar	15
3.2. Caracterização da Agricultura familiar	16
4. METODOLOGIA	18
4.1. Técnicas de pesquisa e Análise dos dados	19
5. RESULTADOS E DISCUSSÃO	20
5.1. Produtores familiares e características no estado de São Paulo	20
6. CONCLUSÃO	29
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	30
APÊNDICES	33



1. INTRODUÇÃO

A agricultura familiar tem uma importância muito grande no desenvolvimento agrícola do Brasil, além de ser importante do ponto de vista de geração de emprego e renda, contribui de forma muito positiva para o desenvolvimento local de muitas áreas no território nacional (FAO/INCRA, 2000).

Os dados do Censo Agropecuário de 2017 mostram a representatividade da agricultura familiar em um contexto macroeconômico, social e ambiental. Considerando o território nacional, os dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) mostram que 77% dos estabelecimentos agropecuários brasileiros, são de agricultura familiar, porém esses estabelecimentos ocupam somente 23% da área total considerada. Outro dado importante principalmente de contexto social é o do número de empregos gerados pela agricultura familiar, que segundo o IBGE (2019) ultrapassa 10 milhões de pessoas e representa 67% da ocupação agropecuária.

Segundo dados do IBGE (2019) o estado de São Paulo possui 645 municípios, dentro dessa área foram encontradas 178.695 unidades agropecuárias, onde 122.555 são de uso familiar e 56.140 são de uso convencional, os agricultores familiares produzem em uma área de 2.154.384 hectares, equivalente a pouca mais de 13% da área total produzida, enquanto os agricultores convencionais em uma área de 14.357.761 hectares, equivalente a quase 87% da área total produzida.



O enfoque do estudo é para a Região Metropolitana de Campinas, que foi criada no ano de 2000 e é composta por 20 municípios, como Campinas, Americana, Nova Odessa, Jundiaí e Sumaré, essa Região abrange uma área de 3.791,79 quilômetros quadrados, uma população de mais de 3.200.000 de habitantes, uma densidade demográfica superior a 850 Hab/Km², uma TGCA (taxa média geométrica de crescimento anual) de 1,74% entre

2010 e 2018 e uma PIB de aproximadamente 178 bilhões de reais (IBGE,2019). A Região Metropolitana De Campinas possui 16.317 unidades agropecuárias, onde 11.961 são de unidades familiares e 4.410 são unidades não familiares, para essa região o uso da terra dos agricultores familiares corresponde a 306.405 hectares, próximo de 19% da área total de produção, enquanto os agricultores convencionais em uma área de 1.306.379 hectares, equivalente a 81% da área total produzida (IBGE,2019).

De acordo com Hecht (2000) a agricultura familiar é uma forma de organização em que os valores não são unicamente ligados a produção e a rentabilidade, é também levado em conta os objetivos familiares. O modelo tradicional consiste em uma separação bem específica entre a gestão e o trabalho enquanto no modelo familiar, essas duas formas estão ligadas e muitas vezes feitas ao mesmo tempo. A agricultura familiar tem como principais características a administração e o trabalho realizados dentro de uma mesma família. Alguns anos depois Abramovay (2004) reforçou e completou o conceito de Hecht dizendo que a agricultura familiar tem algumas características específicas como a gestão, que é feita pelos próprios proprietários e os responsáveis possuem parentesco, além disso tanto o trabalho, como o capital e o patrimônio tem base familiar, por fim afirma que os membros vivem dentro da própria unidade produtiva. Abramovay (2004) ainda diz que essas definições podem ter divergência de autor para autor, porém os conceitos básicos de gestão, propriedade e trabalho familiar são unânimes.

No meio da agricultura no Brasil há dois importantes segmentos que impactam de forma direta no Produto Interno Bruto (PIB), são eles a agricultura familiar e a agricultura não familiar. A agricultura familiar impacta de forma muito significativa na geração de



renda e desenvolvimento local enquanto a não familiar tem maior relevância no PIB nacional.

Somente a partir do trabalho de Cardim (2000), foi possível perceber o quanto o segmento é importante para o desenvolvimento do país (GUANZIROLI et al., 2011). A partir dos anos de 1990, a agricultura familiar foi reconhecida pela sua categoria social e produtiva, foram criadas e implantadas diversas políticas públicas em função dela. No período anterior a essa data pode ser destacado o fato de que as políticas públicas se destinavam apenas as grandes unidades (ESQUERDO; BERGAMASCO, 2015).

A Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP) é o meio que permite o agricultor acessar todas as políticas públicas, ela é a comprovação de que o produtor se enquadra dentro dos termos legais para o recebimento dos benefícios. Existem dois principais tipos de DAP's, a DAP Jurídica que pode ser concedida a três formas de organizações econômicas da agricultura familiar: cooperativas, associações e pequenas agroindústrias familiares e a DAP física que pode ser concedida a qualquer unidade familiar que se enquadre dentro dos parâmetros para agricultor familiar segundo a Lei Federal nº 11.326, de 24 de julho de 2006, artigo 3º (Diário Oficial da União, 2018). De acordo com a Lei Federal nº 11.326, de 24 de julho de 2006, artigo 3º, as características essenciais para ser considerado um agricultor familiar são: não possuir área maior a quatro módulos fiscais, ter mão de obra exclusiva ou predominantemente familiar e ter a maior parte da renda sendo obtida das atividades econômicas do próprio estabelecimento e a gestão da propriedade deve ser familiar. É importante salientar ainda que como agricultura familiar entendem-se, neste estudo, os agricultores enquadrados na Lei Federal 11.326, de 24 de julho de 2006.



2.1. JUSTIFICATIVA

A agricultura familiar desempenha diversas funções econômicas e sociais que vão além da produção de alimentos, ainda desempenham importante papel cultural e ambiental. Exatamente pensando nessas múltiplas funções, a justificativa para realização deste trabalho foi a de carência de informações específicas sobre agricultura familiar no estado de São Paulo e principalmente para a Região Metropolitana de Campinas além de da falta de acesso para as políticas públicas pelo agricultor familiar, isso motivou a pesquisa e o tema do trabalho.

2.2 OBJETIVO

O objetivo do presente estudo foi analisar as principais características e produções dos agricultores familiares do Brasil, do estado de São Paulo e principalmente da Região Metropolitana de Campinas (RMC).

2.3 OBJETIVO ESPECÍFICO

Especificamente verificamos a quantidade de Declarações de Aptidão ao Pronaf (DAP's) ativas na Região Metropolitana de Campinas, a quantidade de associações e cooperativas da agricultura familiar, os principais produtos produzidos por esses agricultores, o uso da terra e a caracterização dessa região.



3. REVISÃO DE LITERATURA

3.1. O conceito de agricultura familiar

Usando uma abordagem teórica sobre a agricultura familiar e seu desenvolvimento, os estudos sobre a temática remetem-se as discussões com raízes histórica sobre o campesinato, o desenvolvimento do capitalismo e as questões agrárias propriamente ditas (SILVA et al., 2010). Autores do marxismo clássico acerca de questões agrárias como LÊNIN (1985) e KAUTSKY (1986), compartilham desse conjunto de pensamentos sobre o papel progressista do capitalismo no campo, em que o camponês teria uma extinção prevista a medida que o agricultor proprietário dos meios de produção se torne um capitalista.

Em oposição as ideias marxistas, Chayanov (1981), estudioso de temas ligados ao desenvolvimento agrícola, busca explicar por meio de seus trabalhos uma economia camponesa racional e positiva, oferecendo novas ideias sobre o paradoxo de reprodução da unidade de produção familiar na agricultura contemporânea. Em seus trabalhos, o autor explica que diferente de uma empresa capitalista, a produção da unidade familiar é orientada para a satisfação das necessidades, visando seu bem-estar e não somente os lucros (Gerardi; Salamoni, 2014). Segundo Wanderley (1998), foi Chayanov o precursor de estudos sobre o modo de funcionamento das unidades familiares de produção na agricultura.

Em seu trabalho, Wanderley (1996), expõe que a agricultura camponesa pode ser considerada uma das formas sociais da agricultura familiar pois estabelece a relação “propriedade-trabalho-família” e apresenta singularidades como o trabalho em sistema de policultura-pecuária, possibilidade de passar o trabalho para as próximas gerações e relativa autonomia de trabalho. Cardoso (1987) e Altafin (2007), também defendem que a agricultura familiar parte de um modelo camponês que possui algumas características básicas como o acesso à terra, trabalho predominantemente familiar, autonomia na gestão de atividades agrícolas e tomada de decisão à cerca de o que e como será



produzido, além de como serão empregados os recursos naturais disponíveis. Para Neves (2006, p. 47), “a agricultura familiar corresponde a formas de organização da produção em que a família é ao mesmo tempo proprietária dos meios de produção e executora das atividades produtivas”.

Em geral, o tema “agricultura familiar” tem sido o centro das discussões teóricas e constitui diversas opiniões quanto ao seu futuro na sociedade contemporânea (Deponti, 2007). Segundo Deponti (2007), existem teóricos que acreditam no desaparecimento da agricultura familiar e há outros que acreditam que ela seja uma categoria que apresenta capacidade de se manter e se multiplicar por gerações. Por outro lado, Altafin (2007), apresenta em seu trabalho, a existência de duas vertentes entre a variedade de contribuições encontradas na literatura: a primeira vertente considera a agricultura familiar como uma nova categoria que foi gerada por meio das transformações das sociedades capitalistas desenvolvidas e a segunda vertente trata a agricultura familiar como um conceito em evolução em que são consideradas suas significativas vertentes históricas.

3.2. Caracterização da Agricultura familiar

A agricultura familiar caracteriza uma forma de organização da produção, em que os critérios da tomada de decisão não levam exclusivamente em consideração termos relacionados a lucratividade e a produtividade, pois considera que as necessidades das famílias devem vir em primeiro plano. A agricultura familiar corresponde a uma unidade de produção agrícola onde propriedade e trabalho estão intimamente ligados à família, ou seja, os empreendimentos familiares têm duas características principais: administração e trabalho familiar (Hetch, 2000).



Existem muitos trabalhos que tentam caracterizar a agricultura familiar, este estudo foi baseado na Lei 11.326/06, pois representou um marco do ponto de vista das políticas públicas do desenvolvimento rural e agricultura familiar, considerando desde os fatores de elaboração das políticas até a implementação e execução da mesma. A lei define vários conceitos da agricultura familiar, entre eles o da descentralização, englobando as participações de produtores rurais, municípios, estados até o governo federal no desenvolvimento e gestão dos programas do setor (BRASIL, 2006).

3.3. Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

Diante da importância da agricultura familiar para a produção de alimentos no país, em 1996, o governo federal criou algumas políticas públicas para apoiar esse setor. A principal delas é o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), que tem como objetivo promover o desenvolvimento sustentável da agricultura familiar (BRASIL, 1996). Ao instituir o PRONAF, o governo federal definiu para o referido programa o seguinte objetivo geral: propiciar condições para aumentar a capacidade produtiva, a geração de emprego e de renda, de tal forma a melhorar a qualidade de vida dos agricultores familiares (BRASIL, 1996).

MATTEI (2005), diz que o PRONAF foi criado com alguns objetivos específicos como o de deixar tangível as políticas públicas de acordo com a realidade dos agricultores, tornar viável o processo para esses agricultores e estimular o acesso desses agricultores aos mercados.

O Pronaf, através das DAP's, classifica os produtores como beneficiários ou não das linhas de crédito rural quando atendem aos seguintes requisitos: sejam proprietários, posseiros, arrendatários, parceiros ou concessionários, é necessário residir na própria propriedade produtora ou próximo, ter no máximo 4 módulos fiscais de terra, com 80% da renda bruta anual familiar dependente do uso da unidade agropecuária ou não agropecuária do estabelecimento, tendo mando de obra exclusiva ou em maior parte da própria família, sendo admitida a ajuda eventual de terceiros (FNDE, 2016).



Para ter acesso ao Pronaf, é preciso ter a Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP), que é a identificação do produtor como agricultor familiar. Sem este documento o produtor não é reconhecido como um possível utilizador das políticas públicas (SEAD,2016).

A DAP é o documento que serve como instrumento para a identificação do agricultor familiar, através dela o agricultor tem acesso a diversas políticas públicas. A DAP pode ser de pessoa física, destinada a identificar o produtor individual, ou jurídica a qual identifica as formas associativas dos agricultores familiares, organizados em pessoas jurídicas (FNDE,2016).

A DAP jurídica contém a relação completa de cada associado da cooperativa ou associação a ela vinculados, com seus respectivos números de DAP física (FNDE,2016).

Entre as políticas públicas que é possível acesso através das DAP'S temos, o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) o crédito rural pelo PRONAF o programa nacional de alimentação escolar (PNAE) e a Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) (FNDE,2016).

4. METODOLOGIA

Este trabalho é de origem exploratória, pois trata-se de levantamento de dados (Sellitz, 1965) relativos à agricultura familiar na Região metropolitana de Campinas.

A Região Metropolitana de Campinas foi criada em 2000 e é a segunda maior região metropolitana dentro do estado de São Paulo, é constituída por 20 municípios, que são: Americana, Artur Nogueira, Campinas, Cosmópolis, Engenheiro Coelho, Holambra, Hortolândia, Indaiatuba, Itatiba, Jaguariúna, Monte Mor, Morungaba, Nova Odessa, Paulínia, Pedreira, Santa Bárbara d'Oeste, Santo Antônio de Posse, Sumaré, Valinhos e Vinhedo.

Figura 1: Municípios que integram a Região Metropolitana de Campinas



Fonte: Prefeitura Municipal de Campinas.



A área de estudo para este trabalho abrange dados de todos os municípios do território nacional. A partir desses dados foi dada maior ênfase ao estado de São Paulo e dentro deste estado, o foco do trabalho foi sobre a Região Metropolitana de Campinas (RMC), entre todos os municípios foram considerados agricultores familiares com e sem Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP). Todos os dados foram extraídos do site da Secretaria da Agricultura e Abastecimento do estado de São Paulo, na base de dados da Codeagro - Coordenadoria de Desenvolvimento dos Agronegócios.

4.1. Técnicas de pesquisa e Análise dos dados

A pesquisa para o trabalho foi feita a partir de bibliografias relacionadas à agricultura familiar no Brasil, a partir disso houve uma maior familiarização com o tema e foi possível desenvolver a introdução e o referencial bibliográfico e metodologia deste trabalho. Os dados dos municípios tiveram como fonte a base de dados da Codeagro, que realizou uma pesquisa que visitou cada um dos estabelecimentos de agricultura familiar e levantou diversos tipos de dados de forma bem completa, assim foi possível extrair dados específicos para cada município e conseqüentemente para cada região. Os dados adquiridos foram sistematizados em tabelas para facilitar a visualização. Após toda a pesquisa e formulação dessas etapas foi possível fazer uma conclusão geral sobre o trabalho.



5. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Neste item do trabalho serão apresentadas características e produções dos agricultores familiares do estado de São Paulo e principalmente da Região Metropolitana de Campinas (RMC), a quantidade de Declarações de Aptidão ao Pronaf (DAP's) ativas nesta região, a quantidade de associações e cooperativas da agricultura familiar, os principais produtos produzidos por esses agricultores, o uso da terra e a caracterização dessa região.

5.1. Produtores familiares e características no estado de São Paulo

Há no estado de São Paulo 687 municípios, entre eles temos DAP'S tanto de pessoa física quanto de pessoa jurídica, assim como diversas associações. A Tabela 1 apresenta o Panorama Geral sobre as DAPs relacionadas à pessoa física do Estado de São Paulo com base nos dados oficiais da Codeagro, órgão da Secretaria de Agricultura e Abastecimento, no ano de 2019.

Tabela 1: Panorama geral de DAP'S de pessoas físicas no Estado de São Paulo

MODALIDADE	NUMERO ABSOLUTO
MUNICÍPIOS EM SP COM DAP PESSOA FÍSICA	639
Nº DE DAP's PESSOA FÍSICA	113.267
ASSOCIADOS COM DAP	13.233
Nº DE MEMBROS NA FAMILIA	341.781
Nº DE EMPREGADOS	8.013

Fonte: Codeagro, 2019.

Através destes dados pode ser observado que em apenas 48 municípios do Estado de São Paulo não possuem Declaração de aptidão ao PRONAF para pessoa física, isso mostra a abrangência dos agricultores familiares dentro do estado assim como sua importância, tanto econômica como social. Outro dado muito relevante que reforça o viés



social é o número de membros na família, próximo de 350 mil, percebe-se ainda que é muito maior que o número de empregados, sendo próximo a 8 mil, reforçando o conceito da agricultura familiar, onde a mão de obra fica em sua maior parte concentrada dentro da própria família.

A Tabela 2 apresenta a caracterização dos agricultores familiares relacionadas à pessoa jurídica do Estado de São Paulo.

Tabela 2: Panorama geral de DAP'S de pessoas jurídicas no Estado de São Paulo

MODALIDADE	NUMERO ABSOLUTO
MUNICÍPIOS DO ESTADO DE SÃO PAULO COM DAP PJ	263
DAP PJ	664
DAP'S ATIVAS	379
DAP'S BLOQUEADAS	113
DAP'S CANCELADAS	8
DAP EXPIRADAS	162
DAP'S INVÁLIDAS	2
TOTAL DE ASSOCIAÇÕES	24.387
ASSOCIAÇÕES SEM DAP	7.105
ASSOCIAÇÕES COM DAP	17.282
ASSOCIAÇÕES COM DAP (%)	70,87

Fonte: Codeagro, 2019.

A partir dos dados da tabela 2 referentes ao panorama das DAP's de pessoa jurídica, ou seja, aquelas DAPs que se referem à cooperativas e associações, é possível notar que a DAP PJ está presente em 263 municípios do estado de São Paulo, ou seja, mais de um terço dos municípios paulistas. Dentro desses municípios são 664 DAP's, apesar do número elevado de Declarações ao PRONAF apenas 379 são ativas, um pouco mais do que 50%, as que não estão ativas se encontram no status de bloqueadas, canceladas, expiradas ou inválidas. Um dado que chama atenção na parte de pessoa jurídica é o número de associações, sendo 24.387 no total e cerca de 71% possuem DAP, somando 17.282 com a declaração e 7.105 sem a declaração ao PRONAF.

Considerando todos os municípios do estado de São Paulo e suas respectivas produções familiares, foram destacados os produtos que mais impactam, tanto na



economia como na parte social. A tabela 3 apresenta os principais produtos produzidos no estado de São Paulo.

Tabela 3: Panorama dos principais produtos produzidos no estado de São Paulo

	CANA DE AÇUCAR	ARROZ	CAFÉ	MANDIOCA	SOJA	LARANJA	MILHO
Nº DE MUNICÍPIOS	399	74	300	450	242	306	550
Nº DE DAP'S	4.625	254	6.964	6.171	4.018	4.248	14.494
Nº DE MEMBROS DA FAMÍLIA	12.748	832	20.845	20.769	11.798	12.382	44.947
Nº DE FUNCIONÁRIOS	345	19	547	194	136	423	674
RENDA MÉDIA (R\$)	<u>85.900</u>	<u>42.344</u>	<u>63.218</u>	<u>42.399</u>	<u>123.989</u>	<u>75.232</u>	<u>69.690</u>

Fonte: Codeagro, 2019.

A tabela 3 mostra alguns dos principais produtos advindos da agricultura familiar. O café, a mandioca e o milho são produtos que se destacam principalmente pelo número de membros da família que estão ligados diretamente à produção, assim como o número de municípios que trabalham com essas culturas. A soja, a cana e a laranja se destacam por ter uma alta renda média por estabelecimento, todos acima de 60.000 reais por ano. Essa tabela mostra apenas alguns dos diversos produtos que provêm da agricultura familiar, pois a diversidade de produtos desta categoria de agricultores é bastante grande mesmo num estado com a presença marcante do agronegócio.

Tendo em vista principalmente a parte social é muito importante apresentar a forma de uso da terra dentro do contexto do presente trabalho. A tabela 4 apresenta informações os sobre diversos tipos de uso de terra dos estabelecimentos rurais que compõe o estado de São Paulo.

Tabela 4: Formas de uso da terra dentro da agricultura familiar no estado de São Paulo

	MUNICÍPIOS	DAP'S	MEMBROS DE FAMILIA	IMOVEIS EXPLORADOS
ACAMPAMENTO	54	482	1.490	482
ARRENDATÁRIO	635	25.405	75.599	29.857
ASSENTADOS PELO PNRA	121	15.055	53.130	15.360
BENEFICIÁRIO	194	1576	4784	1596
COMODATÁRIO	523	11.138	33.863	12.508
MEEIRO	92	336	1.032	374
PARCEIRO	386	3.366	10.091	3.773
PERMISSIONÁRIO	8	12	32	12
POSSEIRO	171	2.591	8.329	2.877
PROPRIETÁRIO	626	48.247	138.070	62.708
USO COLETIVO	104	1.756	5.758	1.740

Fonte: Codeagro, 2019.

Nesta tabela pode ser destacado principalmente os comodatários, os beneficiários e os proprietários, entre os três, dois deles usam as terras em formato social, os comodatários e arrendatários, onde o dono da terra fornece um pedaço da terra improdutivo em troca de algo. Reforçando mais uma vez o significado social e a representatividade da agricultura familiar no contexto macro.



Após analisar as formas de uso da terra, foi feito um levantamento da caracterização dos produtores familiares, como é mostrado na tabela 5.

Tabela 5: Caracterização dos produtores

	MUNICÍPIOS	DAP'S	MEMBROS DE FAMILIA	IMOVEIS EXPLORADOS
AGRICULTOR	632	83.908	259.989	98.725
AQUICULTOR	351	1.031	2.937	1.183
ARTESÃO	57	179	611	188
EXTRATIVISTA	125	402	1.195	497
PECUARISTA	125	35.503	102.896	43.474
PESCADOR	301	4.604	13.678	2.128
SILVICULTOR	144	669	1.995	998
TURISMO RURAL	78	240	741	293

Fonte: Codeagro, 2019.

Observando as informações fica nítido que a maior categoria é a de agricultores, porém a tabela nos mostra a diversidade de categorias de agricultores familiares. Nesta classificação não se separam agricultores de assentados rurais.



5.2. Produtores familiares e características na região metropolitana de Campinas (RMC)

Da mesma forma como foram tabulados os dados para o estado de São Paulo, o mesmo foi realizado para a Região Metropolitana de Campinas (RMC). O estudo para a RMC foi mais aprofundado, pois foram descritos os dados de cada um dos 20 municípios da região, sendo filtrados e gerando as tabelas. A tabela 6 mostra o panorama de Declarações de Aptidão ao PRONAF (DAP'S) para pessoas jurídicas.

Tabela 6: Panorama geral de DAP'S de pessoas jurídicas na RMC

MODALIDADE	NÚMERO ABSOLUTO
MUNICIPIOS	4
DAP'S	7
DAP'S ATIVAS	4
DAP'S CANCELADAS	1
DAP'S BLOQUEADAS	1
DAP'S EXPIRADAS	1
TOTAL ASSOCIADOS	207
ASSOCIADOS SEM DAP	46
ASSOCIADOS COM DAP	161
ASSOCIADOS COM DAP (%)	77,625

Fonte: Codeagro, 2019.

Pela tabela 5 é possível notar que a DAP PJ está presente em apenas quatro municípios da região, ou seja, um quinto dos 20 municípios. Os municípios que possuem DAP PJ são: Americana, Artur Nogueira, Campinas e Sumaré. Nesses municípios são sete organizações (Cooperativas) que possuem DAPs PJ.

Por meio dos dados da Codeagro, verificamos que o número de associações/cooperativas do estado é de 24.387 no total e cerca de 71% delas, porém na RMC apenas 207 é o total de associados com DAP. (Anexo 2).



A Tabela 7 apresenta o panorama geral dos agricultores familiares que possuem DAP PF e não a jurídica como a tabela 6, da RMC.

Tabela 7: Panorama geral de DAP'S de pessoas físicas na RMC

MODALIDADE	NÚMERO ABSOLUTO
MUNICÍPIOS NA RMC COM DAP PESSOA FÍSICA	20
Nº DE DAP's PESSOA FÍSICA	2.225
Nº DE IMOVEIS EXPLORADOS	2.530
ASSOCIADOS COM DAP	167
Nº DE MEMBROS NA FAMILIA	7.515
Nº DE EMPREGADOS	372

Fonte: Codeagro, 2019.

Diferente da análise para o estado de São Paulo onde haviam seis municípios que não tinham DAP'S pessoa física, no caso da Região Metropolitana de Campinas todos os municípios possuem DAP'S pessoa física. Mesmo a RMC sendo muito urbanizada e industrializada percebemos que há presença importante de agricultores familiares. Outro dado relevante é o número de membros na família, próximo de 7,5 mil, percebe-se ainda que é muito maior que o número de empregados, sendo de 372, mostrando que assim como no estado e no território nacional o número de familiares trabalhando é muito maior do que o de funcionários. Tal fato demonstra a importância da agricultura familiar para a ocupação das pessoas no meio rural. No anexo 2 é possível ver os números absolutos para cada município da RMC.

Olhando agora de um contexto de tipos de produção a tabela 8 mostra as principais culturas produzidas pelos agricultores familiares da RMC, foram destacados os produtos que mais impactam, tanto na economia como na parte social do estado.

Tabela 8: Panorama geral de DAP'S de pessoas físicas na RMC

	LARANJA	BANANA	MILHO	MANDIOCA	UVA
Nº DE MUNICÍPIOS	19	10	19	15	9
Nº DE DAP'S	147	90	259	162	235
Nº DE MEMBROS DA FAMÍLIA	447	426	943	680	829
Nº DE FUNCIONÁRIOS	18	5	32	6	17



RENDA MÉDIA (R\$)	122.465	83.000	94.514	79.591	82.192
-------------------	---------	--------	--------	--------	--------

Fonte: Codeagro, 2019.

A laranja e o milho são produtos que mais se destacam para produção da RMC, tanto pelo número de membros da família que estão ligados diretamente à produção, quanto pelo número de municípios que produzem essas culturas e a renda média por estabelecimento por ano. A mandioca, a uva e a banana se destacam também por um alto número de familiares trabalhando na produção. Essa tabela mostra apenas alguns dos diversos produtos que provêm da agricultura familiar, mas é possível perceber a magnitude e a movimentação tanto financeira como social que eles trazem para o estado. Nos anexos 3,4,5,6 e 7 é possível visualizar a produção por município de cada produto.



Na tabela 9 verificamos informações sobre os diversos tipos de uso de terra dentro dos estabelecimentos que compõe a Região Metropolitana de Campinas

Tabela 9: Formas de uso da terra dentro da agricultura familiar na RMC

<u>FORMA DE USO</u>	<u>Nº MUNICÍPIOS</u>	<u>DAP'S</u>	<u>MEMBROS DE FAMÍLIA</u>	<u>IMOVEIS EXPLORADOS</u>
ACAMPAMENTO	2	6	20	6
ARRENDATÁRIO	20	647	2179	760
ASSENTADO	5	449	1713	462
COMODATÁRIO	14	85	292	87
MEEIRO	5	16	50	17
PARCEIRO	10	72	249	78
POSSEIRO	8	40	95	42
PROPRIETÁRIO	19	806	2724	1040
USO COLETIVO	3	19	83	21

Fonte: Codeagro, 2019.

Na tabela 9 podem ser destacados, dentro da agricultura familiar, principalmente os arrendatários e os proprietários. Os arrendatários estão presentes em todos os municípios da RMC enquanto os proprietários estão presentes em 19 dos 20 municípios da região. Isso mostra que apesar de existirem muitos produtores que são donos de suas próprias terras, há também muitos produtores que utilizam de uma forma mais coletiva e social para o uso dessas terras.



Após analisar as formas de uso da terra do estado de São Paulo e da Região Metropolitana de Campinas, foi feito um levantamento da caracterização da terra, como é mostrado na tabela 10, foram analisados os 20 municípios individualmente, os dados foram unidos para completar a tabela.

Tabela 10: Caracterização da agricultura familiar na RMC

CARACTERIZAÇÃO	MUNICÍPIOS	DAP'S	MEMBROS DE FAMILIA	IMOVEIS EXPLORADOS
AGRICULTOR	19	1930	6690	2233
AQUICULTOR	14	84	251	89
ARTESÃO	2	5	17	5
EXTRATIVISTA	2	2	7	2
PECUARISTA	13	115	437	130
PESCADOR	2	5	19	5
SILVICULTOR	1	1	2	1
TURISMO RURAL	6	6	22	7

Fonte: Codeagro, 2019.

A tabela 10 nos mostra a diversidade de categorias de agricultores familiares existentes na RMC. Apesar dos artesões, extrativistas, pescadores e silvicultores terem menor destaque dentro da região, eles são importantes pelo fato de haver variações e diferentes vertentes de trabalho. A pecuária e a aquicultura também merecem atenção, cada uma delas está presente em mais de 60% dos municípios da região, somando mais de 200 DAP'S e quase 600 trabalhadores familiares.



6. CONCLUSÃO

Com base nos resultados expostos foi possível verificar a importância da agricultura familiar no estado de São Paulo e a Região Metropolitana de Campinas. Essa importância se dá por vários motivos, dentre eles pode-se destacar a manutenção das famílias no campo, evitando o êxodo rural, a importante participação na geração de renda e geração de produtos, o número de empregados em relação a área do produtor e a variedade da produção, que foge do estado de monocultura tradicional.

Os agricultores familiares são considerados por muitos autores e muitas pessoas como pequenos agricultores, porém este trabalho nos permite uma reflexão, se os agricultores familiares produzem grande parte dos alimentos e uma grande variedade deles, geram grande quantidade de renda e empregos, eles não deveriam ser considerados pequenos, talvez se vistos de forma individual, mas não da forma coletiva, pois se analisarmos como um todo o impacto que causam tanto de forma nacional como de forma local, a agricultura familiar está longe de ser considerada pequena.

Apesar dos agricultores familiares terem extrema importância no âmbito nacional, ainda estamos longe de um cenário ideal, apesar de existirem alguns programas de incentivo para essas famílias, ainda não abrange a maioria e muitas vezes a burocracia para adquirir tais benefícios é tão grande que há desistência por parte das famílias. Uma saída para essa situação seria desenvolver mais políticas públicas de forma facilitada para o agricultor que precisa como iniciativa o próprio governo, buscando ajudar a classe dos agricultores familiares.



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, Ricardo. **Agricultura familiar e uso do solo**. São Paulo em Perspectiva, abr/jun, vol. 11, nº 2:73- 78, 2004.

ALTAFIN, I. **Reflexões sobre o conceito de agricultura familiar**. Brasília: CDS/UnB, 2007.

AUGUSTO, Cleiciele Albuquerque; SACHUK, Maria Iolanda. **Competitividade da agricultura orgânica no estado do Paraná**. Caderno de Administração, v. 15, n. 2, p. 918, 2008.

BITTENCOURT, G. A.; BIANCHINI, V. **Agricultura familiar na região sul do Brasil**, Consultoria UTF/036-FAO/INCRA, 1996.

BRASIL. Decreto nº 1.946, de 28 de junho de 1996. **Cria o programa nacional de fortalecimento da agricultura familiar (PRONAF), e dá outras providências**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 1 julho 1996.

BRASIL. **Lei nº11.326,de 24 de julho de 2006**. Brasília, Disponível em:
<[Http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11326.ht](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11326.ht)>
Acesso em: 11 nov.2019

BRASIL. **Senado Federal. Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais.**

Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11326.htm#:~:targetText=LEI%20N%C2%BA%2011.326%2C%20DE%2024%20DE%20JULHO%20DE%202006.&targetText=Estabelece%20as%20diretrizes%20para%20a,Familiar%20e%20Empreendimentos%20Familiares%20Rurais> Acesso em:
01.nov 2019

BRUE, Stanley L. **História do pensamento econômico**. Tradução de Luciana Penteado Miquelino. São Paulo: Thomson Learning, 2006.

BUARQUE , Sérgio C. **Metodologia de planejamento do desenvolvimento local e municipal sustentável**. Material para orientação técnica e treinamento de



multiplicadores e técnicos em planejamento local e municipal. Brasília, DF: IICA, 1999.

CARDOSO, Ciro Flamarion. **Escravo ou Camponês?** O Protocampesinato Nero nas Américas. São Paulo: Brasiliense, 1987.

CARMO, M.S.; SALLES, J.T.A. **Sistemas familiares de produção agrícola e o desenvolvimento sustentado.** In: **ENCONTRO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE SISTEMAS DE PRODUÇÃO**, 1998, Florianópolis. Anais. Disponível em: <<http://gipaf.cnptia.embrapa.br/itens/publ/sbs3/html>>. Acesso em: 15 out.2019

CHAYANOV, A. V. **Sobre a teoria dos sistemas econômicos não capitalistas.** In: SILVA, José Graziano da; STOLCKE, Verena. A questão agrária. São Paulo: Brasiliense, 1981. p. 137.

DEPONTI, Cidonea Machado. **Teoria social e o lugar da agricultura familiar na sociedade contemporânea: estudo analítico-comparativo das contribuições brasileiras ao debate**—Trabalho apresentado no XLV Congresso da SOBER – Londrina, PR, 2007.

ESQUERDO, Vanilde Ferreira de Souza; BERGAMASCO, Sonia M. **Pessoa Pereira. Políticas públicas para a agricultura familiar brasileira: um estudo sobre o PRONAF nos municípios do circuito das frutas** – SP. Revista Extensão Rural, Santa Maria, RS, v. 22, n. 1, jan. /Mar. 2015.

FAO/INCRA. Projeto de cooperação técnica INCRA/FAO. **Novo retrato da agricultura familiar.** O Brasil redescoberto. Brasília, 2000.

FNDE,2015 **Fundo Nacional de Desenvolvimento da educação. Programa de alimentação escolar.** Disponível em <www.fnde.gov.br> Acesso em: 29 out.2019

FNDE,2016 **Fundo Nacional de Desenvolvimento da educação. Aquisição de produtos da agricultura familiar para a alimentação escolar.** Disponível em <www.fnde.gov.br> Acesso em: 29 out.2019

GERARDI, L H. O.; SALAMONI, G. **Para entender o campesinato: A contribuição de A. V. Chayanov In: Chayanov e o campesinato** / Horacio Martins de Carvalho (org.) – 1ed. – São Paulo: Expressão Popular, p. 163-177, 2014.

GUANZIROLI, C.; CARDIM, S. E. (Coord.). **Novo Retrato da Agricultura Familiar: O Brasil redescoberto. Brasília: Projeto de Cooperação Técnica FAO/INCRA, fev/2000.** 74 p. Disponível em: <<http://www.incra.gov.br/fao/pub3.html>>.



Acesso em: 15 out.2019

GUANZIROLI, C. E.; DI SABBATO, A; VIDAL, M. de F. **Agricultura familiar no Nordeste: uma análise comparativa entre dois censos agropecuários**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2011.

GONÇALVES, J. S.; SOUZA, S. A. M. **Agricultura familiar: limites do conceito e evolução do crédito**. Artigos: políticas públicas. Instituto de Economia Agrícola Disponível em: <<http://www.iea.sp.gov.br/out/verTexto.php?codTexto=2521>>. Acesso em 10 nov.2019.

HECHT, S. A. **evolução do pensamento agroecológico**. In: ALTIERI, M. Agroecologia: as bases científicas da agricultura alternativa. 4. ed. Rio de Janeiro: PTA/FASE, 2000.

KARNOPP, É. **Tendências de desenvolvimento da agricultura familiar: uma análise regional**. *RDE-Revista de Desenvolvimento Econômico*, v. 14, n. 26, 2012.

KAUTSKY, K. **A questão agrária**. São Paulo. Nova Cultural, 1986, 401 p.

LÊNIN, V. I. **O Desenvolvimento do capitalismo na Rússia: o processo de formação do mercado interno para a grande indústria**. São Paulo . Nova Cultural, 1985, 402 p.

LIMA, A.C.C; SIMÕES, R.F. **Teorias clássicas do desenvolvimento regional e suas implicações de política econômica: o caso do Brasil**. *Revista de Desenvolvimento Econômico*, v. 12, n. 21, 2010.

MATTEI, L. **Programa nacional de fortalecimento da agricultura familiar (PRONAF)**. Brasília: Ministério do Planejamento, 2005.

MDA,2006 **Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário** Disponível em: www.mda.gov.br

NEVES, D. P. **Agricultura familiar: quantos ancoradouros!** In: BERNARDO M. F.;MARTA I. M. M.; JULIO C. S. (Org.). *Geografia Agrária: teoria e poder*. 1 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2006, v. 1, p. 211-270.

WANDERLEY, M.N.B. **Raízes Históricas Do Campesinato Brasileiro**. Trabalho Apresentado no XX Encontro Anual da ANPOCS. GT 17. Processos Sociais Agrários. Caxambu, MG, 1996.



WANDERLEY, M. N. B. Em busca da modernidade social; uma homenagem a A.V. Chayanov... In: FERREIRA, D. D., BRANDENBURG, A (Org.). **Para pensar outra agricultura**. Curitiba. Editora da UFPR, 1998, v. ,p. 29-49.

APÊNDICES

Apêndice 1: DAP'S PJ

	Americana	Arthur noqueira	Campinas	Sumaré
MUNICIPIOS	1	1	1	1
DAP'S PJ	2	2	2	1
TOTAL ASSOCIADOS	77	36	31	63
ASSOCIADOS SEM DAP	28	11	7	0
ASSOCIADOS COM DAP	49	25	24	63
ASSOCIADOS COM DAP(%)	63,64	69	77,42	100

Fonte: Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo, 2019.

Apêndice 2: DAP'S PF

MUNICÍPIO	Nº DAP's PF	Nº DE IMOVEIS	ASSOCIADOS	Nº FAMILIARES	Nº EMPREGADOS
Americana	126	134	35	362	9
Arthur noqueira	155	283	21	471	23
Campinas	156	169	0	581	66
Cosmópolis	40	58	2	115	7
Engenheiro Coelho	55	90	1	187	2
Holambra	73	86	0	253	52
Hortolândia	10	11	0	24	3
Indaiatuba	168	180	0	613	49
Itatiba	180	192	1	641	19
Jaguariúna	82	86	0	118	13
Monte Mor	76	85	0	258	13
Morungaba	79	79	2	287	21
Nova Odessa	5	5	0	16	0
Paulínia	15	20	0	50	9
Pedreira	20	21	0	54	7
Santa Barbara do Oeste	29	32	2	94	3
Santo Antônio de Posse	70	84	1	258	19
Sumaré	648	664	102	2.275	10
Valinhos	205	216	0	725	42
Vinhedo	33	35	0	133	5

Fonte: Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo, 2019.



Apêndice 3: Produção de bananas por município

<u>MUNICÍPIO</u>	<u>Nº DAP's PF</u>	<u>Nº FAMILIARES</u>	<u>Nº EMPREGADOS</u>	<u>RENDA MÉDIA</u>
Americana	3	11	3	128.141
Arthur nogueira	78	221	6	88.963
Campinas	1	7	1	182.643
Cosmópolis	17	49	2	146.646
Engenheiro Coelho	33	114	0	84.868
Holambra	1	8	0	55.000
Hortolândia	0	0	0	0
Indaiatuba	0	0	0	0
Itatiba	0	0	0	0
Jaguariúna	5	14	6	188.950
Monte Mor	0	0	0	0
Morungaba	0	0	0	0
Nova Odessa	0	0	0	0
Paulínia	0	0	0	0
Pedreira	1	2	0	55.000
Santa Barbara do Oeste	1	2	0	274.445
Santo Antônio de Posse	0	0	0	0
Sumaré	7	19	0	20.000
Valinhos	0	0	0	0
Vinhedo	0	0	0	0

Fonte: Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo, 2019.

Apêndice 4: Produção de milho por município

<u>MUNICÍPIO</u>	<u>Nº DAP's PF</u>	<u>Nº FAMILIARES</u>	<u>Nº EMPREGADOS</u>	<u>RENDA MÉDIA</u>
Americana	2	5	0	178.237
Arthur nogueira	52	156	4	89.766
Campinas	5	28	6	103.332
Cosmópolis	14	41	1	141.055
Engenheiro Coelho	14	44	0	104.394
Holambra	5	17	4	64.145
Hortolândia	1	3	0	85.000
Indaiatuba	5	20	3	87.950
Itatiba	28	90	6	96.916
Jaguariúna	3	10	2	200.166
Monte Mor	11	36	1	61.638
Morungaba	22	92	2	51.344



Nova Odessa	0	0	0	0
Paulínia	1	4	0	6.250
Pedreira	1	5	2	37.550
Santa Barbara do Oeste	6	17	0	68.558
Santo Antônio de Posse	13	52	0	78.250
Sumaré	73	313	1	76.333
Valinhos	1	2	0	25.000
Vinhedo	2	8	0	239.892

Fonte: Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo,2019.

Apêndice 5: Produção de mandioca por município

<u>MUNICÍPIO</u>	<u>Nº DAP's PF</u>	<u>Nº FAMILIARES</u>	<u>Nº EMPREGADOS</u>	<u>RENDA MÉDIA</u>
Americana	6	17	0	46.683
Arthur noqueira	27	84	0	50.351
Campinas	4	21	3	63.650
Cosmópolis	0	0	0	0
Engenheiro Coelho	8	26	0	54.256
Holambra	2	5	0	65.000
Hortolândia	3	6	0	58.533
Indaiatuba	1	4	0	130.000
Itatiba	2	7	0	100.025
Jaguariúna	1	8	0	146.000
Monte Mor	1	3	1	220.000
Morungaba	0	0	0	0
Nova Odessa	0	0	0	0
Paulínia	1	6	0	15.000
Pedreira	0	0	0	0
Santa Barbara do Oeste	3	10	1	50.886
Santo Antônio de Posse	12	37	1	54.666
Sumaré	86	427	0	25.550
Valinhos	0	0	0	0
Vinhedo	5	19	0	113.274

Fonte: Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo,2019.

Apêndice 6: Produção de uvas por município

<u>MUNICÍPIO</u>	<u>Nº DAP's PF</u>	<u>Nº FAMILIARES</u>	<u>Nº EMPREGADOS</u>	<u>RENDA MÉDIA</u>
Americana	0	0	0	0
Arthur noqueira	0	0	0	0



Campinas	15	59	2	78.405
Cosmópolis	0	0	0	0
Engenheiro Coelho	0	0	0	0
Holambra	0	0	0	0
Hortolândia	0	0	0	0
Indaiatuba	113	394	9	50.469
Itatiba	45	179	0	107.206
Jaguariúna	0	0	0	0
Monte Mor	6	26	0	49.233
Morungaba	22	92	2	51.344
Nova Odessa	0	0	0	0
Paulínia	0	0	0	0
Pedreira	0	0	0	0
Santa Barbara do Oeste	6	17	0	68.558
Santo Antônio de Posse	17	6	0	78.250
Sumaré	1	1	0	203.165
Valinhos	0	0	0	0
Vinhedo	10	55	4	53.106

Fonte: Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo, 2019.

ANEXO B

TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM

Eu, _____, brasileiro, portador da cédula de identidade RG nº _____ e do CPF nº _____, aluno da Universidade Estadual de Campinas Registro Acadêmico nº _____, domiciliado na Rua _____, nº _____ Bairro _____, cidade _____ nos termos da legislação de direitos autorais, especialmente os arts. 29 a 45 da Lei Federal nº 9610/98, autorizo a Juliana Aparecida Fracarolli, brasileira, Solteira, portadora da cédula de identidade RG nº 32761362-2 e do CPF nº 32932402838, Professora da Universidade Estadual de Campinas Matrícula nº 307168, domiciliada na Rua Maria Luiza, nº 201 Bairro Vila Pereira, Itapira/SP, a utilizar as minhas imagens referentes a produtos agrícolas, assim como, veicula-las em qualquer meio de comunicação, sem quaisquer ônus e restrições. Autorizo principalmente a utilização das imagens para elaboração de um banco de imagens, para posterior utilização em projetos envolvendo competições de algoritmos, da Faculdade de Engenharia Agrícola – FEAGRI, sob coordenação da Profa. Dra. Juliana Aparecida Fracarolli.



A autorização inclui a veiculação das imagens para a utilização no Trabalho de Conclusão de Curso em mídia impressa (livros, catálogos, revista, jornal, entre outros) como também em mídia eletrônica (programas de rádio, *podcasts*, vídeos e filmes para televisão aberta e/ou fechada, documentários para cinema ou televisão, entre outros), Internet, Banco de Dados Informatizado Multimídia, “home vídeo” e DVD (*digital vídeo disc.*). Outrossim, autorizo, de livre e espontânea vontade, a cessão de direitos da veiculação por qualquer mídia ou meio de comunicação, não recebendo para tanto qualquer tipo de remuneração.

Campinas ___ de _____ de 2018

NOME e assinatura

1. Testemunha

2. Testemunha

Nome e RG

Nome e RG